

Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Oliveira do Bairro

2020-2022

Câmara Municipal de Oliveira do Bairro

Janeiro de 2020

FICHA TÉCNICA

Título: PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES DE OLIVEIRA DO BAIRRO

Câmara Municipal de Oliveira do Bairro

Praça do Município, 3770-851 Oliveira do Bairro

Documento elaborado por:

Márcia David, Técnica Superior da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro

Cláudia Rodrigues, Chefe do Serviço de Ação Social e Idade Maior

Ana Bastos, Técnica Superior da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro

Patrícia Carvalho, Técnica de Turismo

Participação Especial:

Rosa Madeira, Universidade de Aveiro

José Carlos Mota, Universidade de Aveiro

Lília Ana Águas, Vereadora da Educação, Saúde, Ação Social, Idade Maior, Cultura e Turismo

Fundo Cofinanciador:

Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI)

Entidade promotora:

Alto Comissariado para as Migrações (ACM)

Nota de Abertura

*“Considero-me estrangeiro em qualquer país, alheio a qualquer raça.
Pois a terra é a minha pátria e a humanidade toda é o meu povo”*

Khalil Gibran

(Ensaísta e filósofo Libanês)

O Município de Oliveira do Bairro tem assistido nos últimos anos a um número considerável de cidadãos que têm escolhido este território para viver, seja através de migrações internas, seja pela imigração oriunda de países estrangeiros. Estas pessoas contribuem inequivocamente não só para um saldo demográfico positivo, como para a dinamização económica, social e cultural do território, que tem tido a capacidade de fixar população e desta forma alargar o seu capital social e demográfico. Contudo, a fixação de população traz consigo, no acolhimento a estes cidadãos, desafios de várias ordens, quer no que diz respeito ao território, ambiente, qualidade de vida, habitação, acesso a bens e serviços, entre outros.

O entendimento de que um território é mais rico se valorizar e integrar todos os cidadãos que escolhem este município para viver, levou-nos a olhar para as questões da interculturalidade e da multiculturalidade – pluralidade de culturas que coexistem no mesmo espaço geográfico – como uma riqueza a valorizar, construindo assim uma cidadania solidária.

Neste contexto, o Município decidiu investir na elaboração de um Plano Municipal de Integração de Migrantes de Oliveira do Bairro, com os seguintes objetivos:

- Definir e implementar políticas de base local para a integração de imigrantes no território, enquanto fator de desenvolvimento e fortalecimento da democracia e das dinâmicas sociais;
- Fomentar relações de convivência intercultural, construtivas e transformadoras, com potencial ao nível da mudança social;
- Incrementar o nível de intervenção local na gestão da diversidade em contextos etno-diferenciados, adotando o modelo de valorização da diversidade cultural;
- Potenciar o trabalho em parceria tendo em vista a conceção e implementação de estratégias de proximidade entre cidadãos imigrantes e a sociedade de acolhimento;

- Reforçar a perspetiva de integração dos imigrantes na cultura organizacional das instituições e nas políticas locais, incentivando a disseminação de boas práticas.

O presente documento é fruto de um processo participativo, co-construído com os representantes de serviços da comunidade de acolhimento e dos próprios imigrantes, e tem como finalidade contribuir para melhorar o acolhimento e inclusão de todos os cidadãos residentes no território.

Sejam bem-vindos a Oliveira do Bairro!

Índice

1	Enquadramento	1
2	Metodologia	3
3	Diagnóstico Local	6
3.1	Caracterização Demográfica	7
3.1.1	População Migrante - Evolução da população estrangeira no território... 9	
3.1.2	Análise da população estrangeira residente	10
3.1.3	Taxa de emprego, desemprego e atividade da população estrangeira ... 13	
3.2	Resultados da Auscultação aos <i>Stakeholders</i> e População Migrante	14
3.3	Caracterização da População Migrante atendida no CLAIM de Oliveira do Bairro 19	
3.3.1	Nacionalidades dos cidadãos atendidos	19
3.3.2	Tipologia dos assuntos:	19
3.4	Dados do Inquérito por Questionário	20
3.4.1	Mercado de Trabalho	21
3.4.2	Solidariedade e Resposta Social e Serviços de Acolhimento e Integração 22	
3.4.3	Urbanismo e Habitação	23
3.4.4	Educação e Língua	25
3.4.5	Saúde	25
3.4.6	Racismo e discriminação	26
3.4.7	Cidadania e participação cívica	26
3.5	Análise SWOT	27
3.5.1	Forças	27
3.5.2	Fraquezas	28
3.5.3	Oportunidades	28
3.5.4	Ameaças	30
4	Plano Municipal para a Integração de Migrantes	31

4.1	Dimensão Estratégica	31
4.2	Dimensão Operacional.....	36
4.2.1	Mercado de Trabalho e Empreendedorismo	37
4.2.2	Serviços de Acolhimento e Integração	38
4.2.3	Urbanismo e Habitação	41
4.2.4	Educação e Língua	42
4.2.5	Capacitação e Formação.....	43
4.2.6	Cultura	44
4.2.7	Saúde	46
4.2.8	Solidariedade e Resposta Social	47
4.2.9	Cidadania e Participação Cívica	48
4.2.10	Media e Sensibilização da Opinião Pública	49
4.2.11	Igualdade de Género	50
4.2.12	Racismo e Discriminação	51
4.2.13	Relações Internacionais	53
4.2.14	Religião	54
5	Modelo de Monitorização e Avaliação	55
6	Modelo de Governação	56
	Referências Bibliográficas e Eletrónicas	58
	Apêndice A.....	59
	Apêndice B.....	62

Índice de Figuras

Figura 3.1: Situação face ao emprego dos cidadãos migrantes	22
Figura 3.2: Facilidade do acesso aos locais/ serviços de apoios formais	23
Figura 3.3: Conhecimento, dos NPT, acerca de outras redes de ajuda informais	23
Figura 3.4: Tipologia de Habitação onde os NPT residem.....	24
Figura 3.5: Dificuldade, dos NPT, em pagarem a renda	24
Figura 3.6: Existência de médico de família atribuído, aos NPT	25
Figura 3.7: Percentagem de NPT que já foram alvo ou presenciaram comportamentos de preconceito por serem imigrantes	26

Índice de Tabelas

Tabela 3.1: Evolução do nº de população estrangeira no Município.....	9
Tabela 3.2: População estrangeira residente no Município, segundo as principais nacionalidades representadas em 2018 e o género	10
Tabela 3.3: Distribuição etária da população estrangeira	12
Tabela 3.4: Nível de escolaridade/instrução para as seguintes categorias	12
Tabela 3.5: Nº de cidadãos atendidos, segundo Nacionalidade, de agosto a setembro de 2020	19
Tabela 3.6: Nº de assuntos abordados no CLAIM, segundo Tipologia, de agosto a setembro de 2020	20
Tabela 4.1: Dimensão Estratégica do PMIM de Oliveira do Bairro, por Área	31
Tabela 4.2.1: Dimensão Operacional da área Mercado de Trabalho e Empreendedorismo	37

1 Enquadramento

As migrações constituem fator de grande relevância para o desenvolvimento social, cultural, demográfico e económico de Portugal. Apesar de Portugal ser reconhecido como um exemplo de boas práticas no que se refere à integração de migrantes, torna-se necessário continuar a delinear e a investir em estratégias locais de acolhimento e integração, dando resposta aos novos desafios que se colocam às políticas de imigração.

As migrações têm um impacto positivo na sociedade em diferentes dimensões, no entanto, Portugal enfrenta hoje desafios particularmente decisivos que convocam as migrações e que impõem uma estratégia transversal e articulada com políticas que permitam maximizar os recursos disponíveis. Tendo por base essa premissa, o **Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020**, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 12-B/2015 de 20 de março, definiu cinco eixos prioritários: Eixo I – Políticas de integração de imigrantes; Eixo II – Políticas de promoção da inclusão dos novos nacionais; Eixo III – Políticas de coordenação dos fluxos migratórios; Eixo IV – Políticas de reforço da legalidade migratória e da qualidade dos serviços migratórios; Eixo V – Políticas de reforço da ligação, acompanhamento e apoio ao regresso dos cidadãos nacionais emigrantes. Estes eixos prioritários do Plano Estratégico para as Migrações têm como objetivo perspetivar as migrações como parte de uma estratégia de valorização e crescimento económico e social de Portugal e o acesso a uma cidadania comum, plena e inclusiva.

O **Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Oliveira do Bairro**, para além de ter por base as políticas do Plano Estratégico para as Migrações, está também estruturado, ao nível operacional, para fazer cumprir a implementação e concretização no território dos princípios orientadores do **Pacto Global para as Migrações Seguras, Ordenadas e Regulares**: Uma visão centrada nas pessoas, o Estado de Direito, o desenvolvimento sustentável, o respeito pelos direitos humanos, a igualdade de género, a abordagem holística das migrações, envolvendo todos os níveis da Administração e da sociedade civil, entre outros.

De acordo os Censos 2011, em Portugal, nesse mesmo ano, 3,7% do total da população (394 496 pessoas) eram de nacionalidade estrangeira. A região de Lisboa concentrava mais de metade dos estrangeiros residentes em Portugal (51,6%), seguindo-se as regiões do Norte, Centro e Algarve, todas com aproximadamente 13%. As regiões com menos estrangeiros residentes eram os Açores e a Madeira. Na região Centro de Portugal, residiam 54 837 cidadãos estrangeiros (13,90%), sendo a comunidade brasileira a nacionalidade com maior representatividade (Censos 2011).

As migrações são uma realidade antiga, contudo têm vindo a assumir uma relevância cada vez maior nas sociedades contemporâneas. Seja por razões económicas, políticas, humanitárias ou outras, são muitas as pessoas que se viram na contingência de emigrar para fora do seu país. Os dados existentes apontam para um aumento progressivo de migrantes no concelho. Esta realidade motivou a necessidade de dar respostas mais adequadas/especializadas a esta população, designadamente aos Nacionais de Países Terceiros (NPT), cujo enquadramento legal no nosso país é diferente do dos cidadãos da União Europeia, colocando múltiplas questões ao nível da regularização da situação e no acesso a direitos e serviços. Assim, o desenvolvimento do Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Oliveira do Bairro, financiado através de candidatura ao Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI) tem por objetivo dar resposta aos desafios atuais das migrações, enquadrado com as políticas nacionais e com o Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020. Deste modo, o Plano Municipal é, por si mesmo, um instrumento de planeamento estratégico que visa o acolhimento e integração de migrantes na comunidade local, através da implementação de medidas de variadas áreas de intervenção, desenhadas com a participação dos diferentes atores/interlocutores no território. Visa a capacitação dos serviços/técnicos que prestam apoio a esta população, a capacitação dos próprios Nacionais de Países Terceiros, a sensibilização da comunidade de acolhimento e a desconstrução de estereótipos. Pretende ainda a criação e operacionalização de mecanismos e instrumentos de monitorização e avaliação das medidas implementadas, de forma a garantir a sustentabilidade das políticas públicas locais.

2 Metodologia

“O desenvolvimento local, a nível municipal, baseado numa análise do potencial, da capacidade e das necessidades locais, beneficia extraordinariamente do recurso a métodos participativos. Estes são os mais adequados à produção de conhecimento relevante quanto às prioridades, perceções e práticas de instituições e munícipes. Ao mesmo tempo que fornecem informação valiosa para a tomada de decisões políticas, constituem em si a capacitação de todas as entidades e pessoas envolvidas”. “[...] os processos políticos adquirem sustentabilidade na medida em que sejam abrangentes e participados, só assim ganhando legitimidade aos olhos da população”.

A opção e implementação das técnicas participativas visa a compreensão da complexidade da realidade social, a produção de conhecimento e de transformação social, numa lógica de investigação-ação (conhecimento e prática/ inovação) (Coutinho 2011, 316-317). “As metodologias participativas estão associadas ao paradigma compreensivo e socio-crítico de construção de conhecimento, e fundamentam-se na valorização dos significados atribuídos pelas pessoas às ações e representações produzidas nos seus contextos de vida. O exercício da escuta ativa e do diálogo são fundamentais para a construção da confiança necessária à sua implementação e conseqüente co-construção de resultados adequados às finalidades e objetivos visados”¹.

Neste processo, o papel de quem investiga e/ou intervém (mediador/a, orientador/a, animador/a) é fundamental e exige conhecimentos na área do trabalho/intervenção com grupos, razão pela qual contamos com a colaboração do Prof. José Carlos Mota, do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território e da Prof. Rosa Madeira, do Departamento de Educação e Psicologia, ambos da Universidade de Aveiro.

¹ Ferreira, V. e Almeida, H.N. (2016). Kit de ferramentas para diagnósticos participativos. CES – Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Desta forma, o processo de diagnóstico para a conceção do Plano Municipal para a Integração de Migrantes (PMIM) do concelho de Oliveira do Bairro teve por base uma metodologia ampla, mista e participativa através da recolha quantitativa e qualitativa de dados, de forma a garantir uma compreensão holística das características, dificuldades e necessidades das comunidades migrantes do município, assim como da comunidade de acolhimento, quais os recursos disponíveis (materiais e humanos) para fazer face às necessidades elencadas e quais as prioridades de intervenção.

Neste sentido, a fase inicial de diagnóstico do PMIM de Oliveira do Bairro incluiu as seguintes etapas:

- Questionário aplicado pelas técnicas do gabinete de Apoio às Políticas Locais de Integração de Migrantes (GAPLIM) – Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (IMAD) aos responsáveis da Autarquia, Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro e coordenador da Unidade de Saúde Familiar Vale do Cértima (Centro de Saúde de Oliveira do Bairro);
- Criação do grupo temático “Diversidade e Migrações”, um grupo de trabalho criado no seio do Conselho Local de Ação Social (CLAS), que teve a sua primeira reunião em 18 de dezembro de 2019, onde se identificaram as áreas de intervenção prioritárias do ponto de vista dos *stakeholders* presentes, elementos fundamentais para o diagnóstico do município e para a construção do plano de ação;
- Realização de vários Encontros Interculturais com migrantes, utilizando a metodologia dos “*focus group*”:
 - 7 de fevereiro – alunos migrantes do ensino secundário (Escola Secundária de Oliveira do Bairro)
 - 4 de março – representantes da Comunidade Educativa (Biblioteca Municipal)
 - 19 e 26 de fevereiro - migrantes adultos (Centros de Saúde de Oiã e Oliveira do Bairro)
 - 16 e 30 de outubro, 5 de novembro – migrantes, identificados como potenciais mediadores interculturais (no âmbito da construção do PMIM e de potencial candidatura ao programa Bairros Saudáveis)
 - 28 de outubro – II Encontro Intercultural com jovens migrantes do ensino secundário para apresentação de propostas de ações a integrar o PMIM, respetiva discussão e validação.

- Aplicação de inquérito através de questionário disponível *online*, de entrevista presencial aos imigrantes atendidos no Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), Gabinete de Inserção Profissional (GIP) e Gabinete de Ação Social e ainda disseminado pela rede de parceiros local - entidades públicas e privadas. O questionário é composto por perguntas fechadas e abertas sobre a perceção das necessidades existentes ao nível do acolhimento e integração dos migrantes no concelho. Análise estatística dos dados recolhidos.
- Recolha e análise documental/bibliográfica.
- Mapeamento dos recursos existentes no território.
- Análise das Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças (análise SWOT) a partir de toda a informação recolhida.

3 Diagnóstico Local

O Concelho de Oliveira do Bairro é, desde há longos anos, local de partida e de chegada para muitos migrantes, de diferentes nacionalidades, tendo o CLAS definido como orientação prioritária para o seu plano de desenvolvimento social a criação de respostas inovadoras para várias populações-alvo. O Município demonstra assim uma profunda preocupação com a integração destas pessoas e reconhece a sua importância para a economia local.

Neste sentido, passou a integrar desde agosto de 2018 a Rede de Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (RMAD), em outubro de 2019 iniciou a criação do Plano Municipal de Integração de Migrantes de Oliveira do Bairro, que se prolongará até abril de 2022, e em fevereiro de 2020 assinou um protocolo com o Alto Comissariado para as Migrações, que formalizou a criação de uma resposta para a população migrante do concelho, nomeadamente, a criação do CLAIM – Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes de Oliveira do Bairro.

Esta parceria resultou do reconhecimento por parte do município da necessidade de implementação de um gabinete desta natureza no concelho, potenciador das boas práticas de políticas públicas nesta área, promovendo uma intervenção de proximidade de forma a facilitar o acesso e apoio necessário ao processo de acolhimento e integração dos migrantes residentes no território.

Para além do apoio prestado pelo CLAIM, o Município de Oliveira do Bairro apresenta diversas respostas de apoio aos seus munícipes, designadamente para aqueles em situação de maior vulnerabilidade como os imigrantes, a saber: atendimento e acompanhamento social, apoio ao arrendamento, projeto Remobilar (que recolhe e restaura móveis doados pelos munícipes para posterior cedência a famílias carenciadas, bastante utilizado por muitas famílias venezuelanas), apoios na aquisição de medicação (Programa Emergência Abem), apoio nas áreas da formação e emprego (Gabinete de Inserção Profissional), apoios sociais extraordinários direcionados ao colmatar dos impactos da pandemia por Covid 19. O Município tem ainda o Balcão da Inclusão (destinado a pessoas com deficiência ou incapacidade, respetivas famílias e instituições com intervenção na área) e um Banco de Ajudas Técnicas. Apresenta ainda apoios ao nível da

educação (através da animação e apoio à família, ação social escolar, bolsas de estudo, entre outros).

Nas áreas em que a autarquia não dispõe de apoios diretos aos munícipes, articula com outras respostas sociais do concelho para atribuição de apoio alimentar, pagamento de despesas relativas à habitação (gás, luz, água), entre outros, quer através das Respostas Sociais de Atendimento e Acompanhamento Social disponíveis na Santa Casa da Misericórdia do concelho de Oliveira do Bairro e no ABC de Bustos, quer de outros grupos socio-caritativos como as Conferências Vicentinas (Oliveira do Bairro e Troviscal), os grupos Cáritas (Oliveira do Bairro, Oiã e Palhaça). Intervêm ainda no território o *Rotary Club* de Oliveira do Bairro e a Associação Adventista para o Desenvolvimento, Recursos e Assistência (ADRA), sediada em Sangalhos. De referir que algumas coletividades e o próprio Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro têm preocupações sociais, organizando pontualmente campanhas de recolha de alimentos ou outros bens essenciais.

3.1 Caracterização Demográfica

Considerando os dados dos censos e do relatório das políticas locais de acolhimento e integração de imigrantes e seus descendentes, o Município de Oliveira do Bairro² abrange uma área de 87 km² e apresentava em 2018 uma densidade populacional de 273,7 habitantes por km² (sendo que a média nacional era de 111,5 habitantes por km²). Estima-se que no ano de 2018 a população residente fosse de 23.944 habitantes³.

O sexo masculino representava 47,4% da população total e o sexo feminino 52,6%.⁴ Em termos etários, é possível constatar que o peso das faixas etárias mais jovens (entre os 0-19 anos) e das faixas etárias mais velhas (acima dos 60 anos) ainda é semelhante.

À data dos Censos 2011, o índice de envelhecimento do município em análise⁵ (112,6) era ligeiramente inferior à média do país (127,8). No entanto, nas Estimativas Anuais da População

² Dados disponíveis à data da inquirição.

³ Estimativas Anuais da População Residente – INE.

⁴ Estimativas Anuais da População Residente – INE.

⁵ O Índice de Envelhecimento mede a relação existente entre o número de idosos e o número de jovens (número de residentes com 65 e mais anos por 100 residentes com menos de 15 anos). Ou seja, à data

do INE de 2018, o município já apresentava um índice de envelhecimento superior (146,5), ainda que inferior à média do país (157,4).

No ano de 2018, registaram-se 211 nascimentos⁶ no município de Oliveira do Bairro. As mulheres de nacionalidade estrangeira foram responsáveis por cerca de 7,5% destes nascimentos (15). Para o mesmo ano de referência, foi possível observar que o saldo natural – diferença entre os valores anuais de óbitos e de nados-vivos no município – apresentava valores negativos (-57 indivíduos). Esta tendência negativa do saldo natural encontrava-se em consonância com a tendência observada para o conjunto do país (Portugal apresentava, em 2018, um saldo natural de -25980 indivíduos). Importa ainda salientar que, no ano de 2018, o saldo migratório⁷ do município de Oliveira do Bairro apresentava valores positivos (154 indivíduos), em consonância com a tendência positiva do país (11.570 indivíduos).

Atendendo ao grau de escolaridade⁸ da população em análise, é possível constatar que 41,2% dos residentes de Oliveira do Bairro apenas atingiu o 1º ciclo do ensino básico (21% não completou nenhum nível de escolaridade e 26,6% apenas completou o 1º ciclo do ensino básico). A percentagem de indivíduos com qualificações superiores não ultrapassava os 9,5%. Segundo dados dos Censos de 2011, a taxa de atividade dos residentes no município de Oliveira do Bairro era de 57,1%. No conjunto da população ativa, registava-se uma taxa de emprego de 89,8% e uma taxa de desemprego de 10,2%. Importa referir que a taxa de desemprego registada em Oliveira do Bairro à época (10,2%) era, segundo a mesma fonte, inferior à média nacional (13,2%).

dos Censos 2011, no município de Oliveira do Bairro existiam 112 pessoas com 65 e mais anos por cada 100 pessoas com menos de 15 anos.

⁶ Entenda-se número de ‘nados-vivos’.

⁷ O saldo migratório reflete a diferença entre o número de pessoas que imigram e o número de pessoas que emigram.

⁸ Referimo-nos ao nível de escolaridade completo da população residente no município de Oliveira do Bairro, segundo os Censos de 2011.

Os dados de 2016 relativos às remunerações⁹ mostram que, em média, os trabalhadores por conta de outrem em Oliveira do Bairro têm remunerações mais baixas (813,90 €) que a generalidade dos trabalhadores do país (922,20 €). À data dos Censos 2011 a maioria da população empregada do território concelhio (55,9%) estava empregada no sector terciário, 41,5% no sector secundário e 2,5% no sector primário.

No que respeita à religião, de acordo com os Censos 2011, o município de Oliveira do Bairro contabilizava 16.516 cidadãos da religião Católica (71,7% da população residente) seguida das outras religiões cristãs (que registavam 3,6%).

3.1.1 População Migrante - Evolução da população estrangeira no território

Na análise de dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) sobre a população imigrante, pode verificar-se que em 2018 residiam no Concelho de Oliveira do Bairro 644 imigrantes, que correspondem aproximadamente a 2,7% por total de residentes no Concelho (valor abaixo da média nacional de estrangeiros residentes em Portugal - 4,6%).

Ainda de acordo com dados do SEF, e seguindo a tendência do país, o número de estrangeiros em Oliveira do Bairro diminuiu entre 2008 (ano com maior número de estrangeiros residentes no município) e 2015, apresentando um ligeiro aumento em 2016, comparativamente ao ano anterior, e tendo vindo a crescer anualmente desde dessa altura.

Tabela 3.1: Evolução do nº de população estrangeira no Município

Ano	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008
Nº	644	598	572	563	580	607	614	619	629	661	673

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

⁹ Segundo dados dos Quadros de Pessoal, do Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, compilados pela Pordata.

De referir, também, que o número de naturais do estrangeiro era, segundo os Censos 2011, superior ao número de cidadãos de nacionalidade estrangeira, perfazendo 2.759 cidadãos, o que corresponde a 12 % de naturais do estrangeiro por total de residentes.

3.1.2 Análise da população estrangeira residente

A distribuição da população imigrante por país apresenta-se na Tabela 3.1.2, sendo de referir que a nível da sua expressividade do total de imigrantes residentes em Oliveira do Bairro, 28,1% são do Brasil, 19,3% são de nacionalidade Venezuelana e 16,9% da Ucrânia.

A população ucraniana, que em 2014 era a maior comunidade estrangeira no município, tem vindo a decrescer nos últimos anos. Entre 2015 e 2018, têm sido as comunidades brasileira e venezuelana que têm tido um crescimento significativo.

Tabela 3.2: População estrangeira residente no Município, segundo as principais nacionalidades representadas em 2018 e o género

Nacionalidade	Total		Homens n	Mulheres n
	N	%		
Brasil	181	28,1%	77	104
Venezuela	124	19,3%	41	83
Ucrânia	109	16,9	54	55
S. Tomé e Príncipe	40	6,2	19	21
China	30	4,7	13	18
Roménia	19	3,0	8	11
Espanha	15	2,3	4	11
Angola	13	2,0	4	9
Itália	12	1,9	10	2
Reino Unido	10	1,6	4	6

Nacionalidade	Total		Homens	Mulheres
	N	%	n	n
Outras nacionalidades (33)	91	14,1	43	47
TOTAL	644	100	277	367

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEFSTAT), 2018

A população estrangeira residente no município é, na sua maioria do sexo feminino (n=367 (56,98%), sexo masculino n=277 (43,01%)). Em 2019 a tendência manteve-se: n=418 (53,72%) do sexo feminino e n=360 (46,27%) do sexo masculino, num total de 778 estrangeiros residentes em Oliveira do Bairro.

A nível da distribuição da população migrante no Município no que se refere à faixa etária, salienta-se que a faixa etária com maior prevalência se situa entre os 30 e 39 anos: residentes com nacionalidade estrangeira n=187, correspondendo a 27,6%, residentes com naturalidade estrangeira n=906, correspondendo a 32,8%. Salienta-se que os residentes com nacionalidade portuguesa nesta faixa etária são n=3682, que corresponde a 16,5%.

A faixa etária entre os 40 aos 49 anos surge logo em segundo lugar no que se refere a faixa etária de residentes com maior expressividade, nos residentes com nacionalidade estrangeira e nos residentes com naturalidade estrangeira: n=174 (25,7%) e n=673 (24,4%), respetivamente. Enquanto que os residentes de nacionalidade portuguesa nesta faixa etária são de n=3027 (13,5%). De salientar que, nos residentes com nacionalidade portuguesa, em segundo lugar, com maior prevalência, surge a faixa etária corresponde ao grupo entre os 70 e mais anos.

Tabela 3.3: Distribuição etária da população estrangeira

Grupos etários	Residentes com nacionalidade estrangeira		Residentes com naturalidade estrangeira		Residentes com nacionalidade Portuguesa	
	n	%	n	%	N	%
0-9 anos	44	6,5	83	3,0	2314	10,4
10-19 anos	91	13,4	278	10,1	2372	10,6
20-29 anos	91	13,4	469	17,0	2415	10,8
30-39 anos	187	27,6	906	32,8	3682	16,5
40-49 anos	174	25,7	673	24,4	3027	13,5
50-59 anos	54	8,0	220	8,0	2573	11,5
60-69 anos	18	2,7	70	2,5	2468	11,0
70 e mais anos	18	2,7	60	2,2	3500	15,7
Total (N)	677	100	2759	100	22351	100

Fonte: Censos 2011, INE

Segundo dados dos Censos 2011, a população de nacionalidade estrangeira possuía, em geral, níveis de escolaridade mais elevados que a generalidade da população residente no município.

Tabela 3.4: Nível de escolaridade/instrução para as seguintes categorias

	Total da população (%)	Estrangeiros EU (%)	Estrangeiros não-EU (%)	Naturais do estrangeiro (%)
Nenhum	21,0	11,3	10,9	5,9
1º Ciclo do Ensino Básico	26,6	14,4	8,8	7,5
2º Ciclo do Ensino Básico	15,5	17,5	17,1	14,3

	Total da população (%)	Estrangeiros EU (%)	Estrangeiros não-EU (%)	Naturais do estrangeiro (%)
3º Ciclo do Ensino Básico	15,2	18,6	20,2	23,5
Ensino Secundário e Pós-Secundário	12,2	25,8	29,0	27,7
Ensino Superior	9,5	12,4	14,1	21,1

Fonte: Censos 2011, INE

3.1.3 Taxa de emprego, desemprego e atividade da população estrangeira

Relativamente à condição perante o trabalho, em 2011 denotava-se que os cidadãos estrangeiros evidenciavam taxas de atividade bastantes superiores à generalidade da população (68,6% no caso dos estrangeiros da União Europeia e 77,6% no caso dos estrangeiros de países terceiros e 78,8% no caso de naturais do estrangeiro). A taxa de desemprego era também superior para o caso dos naturais do estrangeiro (11,4%), dos cidadãos de países terceiros (16,0%), embora inferior aos estrangeiros da União Europeia (25,4%), por comparação com a taxa de desemprego global do município que se situava nos 10,2%.

Tabela 3.5: Taxas de emprego, desemprego e atividade para o total da população, estrangeiros UE, estrangeiros não-UE e naturais do estrangeiro

	Taxa de emprego (%)	Taxa de desemprego (%)	Taxa de atividade (%)
Total da população	89,8%	10,2%	57,1%
Estrangeiros EU	74,6%	25,4%	68,6%
Estrangeiros não-EU	84,0%	16,0%	77,6%
Naturais do estrangeiro	88,6%	11,4%	78,8%

Fonte: Censos 2011, INE

3.2 Resultados da Auscultação aos *Stakeholders* e População Migrante

As conclusões retiradas desta análise resultam de uma avaliação / reflexão conjunta com os parceiros da rede social (Grupo Temático Diversidade e Migrações) e dos encontros realizados com os migrantes, permitindo uma visão acerca das necessidades, potencialidades e desafios do PMIM de Oliveira do Bairro.

Assim, a **reunião do grupo temático Diversidade e Migrações**, constituída por 14 entidades, incluindo a Câmara Municipal, teve como objetivos produzir um recenseamento dos problemas e das necessidades da população imigrante, na perspetiva dos *stakeholders*, sua análise causal e priorização, pelas áreas constantes no Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (IMAD), fazendo ainda um levantamento dos recursos existentes no território de Oliveira do Bairro e das dificuldades sentidas no apoio aos imigrantes/necessidades dos técnicos/entidades.

Foram identificadas necessidades ao nível da **aprendizagem da língua**, com necessidade de reforço de cursos de Português para Todos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional ou Centro Qualifica, assim como reforço da disciplina Português Língua Não Materna (PLNM), no caso das crianças e jovens da educação básica e secundária. O desenvolvimento destas competências é indispensável para a integração em todos os outros domínios.

No que respeita ao **mercado de trabalho**, a integração laboral é dificultada pelas vicissitudes inerentes ao **processo de regularização** da situação do imigrante no território português (quem vem sem um visto para estudar ou trabalhar necessita de um contrato de trabalho ou promessa de contrato de trabalho para dar início ao processo de obtenção de uma autorização de residência, sendo que as entidades empregadoras preferem que os migrantes já estejam devidamente regularizados ao fazer o contrato de trabalho). A este propósito foi mencionado a divergência de orientações prestadas pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e pela Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) às entidades que pretendem contratar. Registaram ainda **dificuldades no reconhecimento e certificação das competências escolares e profissionais** (equivalências). Nalgumas áreas de atividade regista-se a exploração do trabalho ilegal, contratação sem direitos e baixos salários. Mencionou-se ainda a dificuldade em aceder, quer ao serviço de emprego (IEFP), quer a ofertas de trabalho, devido à **rede de transportes públicos existente**. Por último, houve menção a **perceções e comportamentos discriminatórios**

mediante a origem racial ou de nacionalidade dos migrantes, que condicionam o acesso e a manutenção de postos de trabalho nalguns contextos laborais.

No que respeita à **habitação e urbanismo**, destacou-se a dificuldade em encontrar habitação a preços acessíveis, levando algumas famílias a viver em condições de sobrelotação ou de condições habitacionais mais precárias (regime de comodato) e, por vezes, insalubres.

O **desconhecimento das respostas sociais** existentes no território leva a que por vezes as necessidades básicas das famílias não se encontrem satisfeitas, sendo indispensável maior divulgação dos recursos existentes, em diversas línguas, de forma a que a informação chegue a quem dela necessite. Por outro lado, mesmo quando as famílias recorrem aos serviços, o facto de não terem o NISS (nº de identificação da segurança social) inibe a atribuição de apoios nas respostas formais existentes.

No âmbito da **saúde**, as dificuldades no acesso aos serviços foram minoradas, contudo tal como para a população em geral, verifica-se demora na atribuição de médico de família e, nesses casos, o acesso a consultas de especialidade e um acompanhamento mais efetivo e continuado fica mais constrangido.

A **auscultação da população migrante**, quer nos encontros interculturais, quer em reuniões de trabalho, foi fundamental para dar voz aos principais interlocutores deste processo. Globalmente, sublinhamos a **valorização** que a maior parte das pessoas apresenta do país e do concelho de Oliveira do Bairro em particular, no que respeita ao sentimento de segurança e maior tranquilidade experienciado, à forma como se sentem acolhidos (na maioria, pessoas simpáticas, recetivas, com respeito mútuo), ao acesso a bens de 1.ª necessidade, às melhores condições ambientais (áreas verdes bem cuidadas, ruas limpas e organizadas, separação do lixo/reciclagem), à oferta existente a nível cultural (Quartel das Artes, Biblioteca Municipal, Conservatório de Música/Ballet/Canto, eventos e filmes baratos) e ainda os serviços de educação, saúde e transportes. Porém, são transversais as saudades das pessoas (família e amigos que ficaram), dos cheiros, das comidas dos países de origem, do ritmo de vida e até da própria língua, indiciando nalguns casos, um processo de luto ainda em curso por essas perdas.

No entanto, aprofundando um pouco mais, os **jovens do ensino secundário**, 25 no total (Venezuela, Brasil, Angola, São Tomé e Príncipe, Canadá, Inglaterra, Portugal), acabaram por

identificar algumas **dificuldades** sentidas relacionadas com o **domínio da língua**, insuficiente para lhes permitir acompanhar da mesma forma e ao mesmo ritmo os conteúdos escolares apresentados nas diferentes disciplinas. Identificam como necessidades um **apoio complementar na aprendizagem da língua portuguesa** – alguns beneficiam da disciplina de Português Língua Não Materna (PLNM), mas têm que conseguir acompanhar as restantes disciplinas em português. Essa condição afeta o seu desempenho e resultados nas avaliações, pois mesmo que dominem os conteúdos, **sentem-se prejudicados** pelo facto de a avaliação ter em conta a expressão escrita – **necessidade de adaptações no processo de avaliação**. Essa necessidade fundamenta-se ainda pelo facto de, por vezes, se verificarem **diferenças substanciais nos sistemas de ensino dos países de origem**, o que determina frequentemente que não tenham abordado vários conteúdos programáticos necessários à aprendizagem das matérias das disciplinas que frequentam presentemente (a dita “falta de bases”), necessitando dessa forma de **materiais diferenciados e aulas suplementares** nalgumas das disciplinas.

Ainda, e no caso de alunos que vêm para Portugal para frequentar o ensino superior, necessitam fazer em regra alguma disciplina para se poderem preparar e propor a exame, salientando que nestas condições as dificuldades supramencionadas se agravam. Sobressaem algumas diferenças culturais e na organização do sistema educativo, designadamente o **elevado grau de exigência e pressão da escola** e da sociedade para um desempenho escolar excelente que, não obstante ser algo que os jovens desejam atingir, lhes parece porventura inalcançável, atendendo às circunstâncias aqui descritas.

Por último, foi ainda mencionado por alguns alunos o **sentimento de discriminação** experienciado, relativamente a um ou outro professor, que designaram como “sem paciência” quando os alunos não dominam adequadamente a língua. A **dificuldade de expressão oral em português é também fator de inibição** para alguns jovens, que revelam sentir-se intimidados e alvo de chacota pelos pares. Houve menção a comportamentos de *bullying* relativamente às diferenças decorrentes da língua/ nacionalidade/raça e ao sentimento de indiferença e invisibilidade face aos pares (“sentir-se ignorada”).

No que concerne a outras preocupações, a **dificuldade/demora no reconhecimento das habilitações/processo de equivalências** impede acesso pelas famílias a um melhor emprego, o que conduz a sentimentos de frustração.

No que respeita a melhorias que gostassem de ver introduzidas, os jovens sugerem a **requalificação da escola** (equipamentos das salas de aula, nos laboratórios e nos espaços desportivos exteriores); o aumento da sensibilidade à diversidade linguística e cultural traduzida no **maior apoio escolar** (na língua portuguesa; apoios nas disciplinas; melhorar a planificação das aulas e a forma de realizar a avaliação dos imigrantes – educação mais inclusiva); a **criação de espaços na comunidade** onde os jovens se possam encontrar e conviver e dinamização desses espaços; no que respeita à alimentação, **oferta maior e mais variada no bar da escola e na cantina escolar** – um dia por semana dedicado à gastronomia dos países representados na escola ou então que em cada semana cada nacionalidade organizasse uma ementa; melhorar **oferta de transportes**; melhorar **espaços desportivos** existentes e criação de pista de atletismo em Oliveira do Bairro; **grupo de acolhimento a estudantes**).

O encontro efetuado com **representantes da comunidade educativa** – desde o Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro (AEOB), o Instituto de Educação e Cidadania, a Escola de Artes da BARRADA, o Agrupamento de Escuteiros 480, a Associação de Karaté Shotokan, a Associação de Pais da Escola Básica de Oliveira do Bairro, o Gabinete de Apoio ao Aluno do AEOB e a Câmara Municipal – permitiu confirmar pertinência das atividades culturais e desportivas como fator de inclusão das crianças e jovens migrantes. Possibilitou igualmente identificar um conjunto de atividades tendencialmente gratuitas existentes nas coletividades e auscultar as **principais necessidades** sentidas no acesso às atividades educativas extracurriculares, a saber a **rede de transportes e o domínio da língua**. Das crianças e jovens que já frequentam estas atividades, as nacionalidades mais representadas são a venezuelana e brasileira. No AEOB foi mencionada a existência do projeto Tutores, que pode ser potenciado para alcançar o objetivo de maior inclusão.

Para o PMIM foi sugerida a divulgação dos recursos existentes na comunidade – serviços, projetos, associações, ... - com a disponibilização de folhetos para as famílias, assim como a realização de festas convívio, não só nas coletividades/associações, mas também no contexto escolar, onde possam demonstrar a sua atividade (e.g. música, teatro, atividades desportivas e recreativas, etc.), acompanhadas da gastronomia típica dos países de origem.

Como resultado dos encontros efetuados com **adultos migrantes**, em que foram ouvidos 18 imigrantes, de 7 nacionalidades (Venezuela, Brasil, São Tomé e Príncipe, Rússia, Ucrânia, Inglaterra, Portugal), verifica-se que foram pontuados como aspetos positivos, a hospitalidade e solidariedade dos portugueses, a existência e qualidade de bens e serviços, o espaço público cuidado.

Das dificuldades, sobressaem o **acesso a cursos de aprendizagem da língua portuguesa** (horários e localização); o **reconhecimento de qualificações escolares e profissionais**; a **rede de transportes** que potencia limitações no acesso a emprego e serviços, assim como algum isolamento; a **falta de vagas em creche**, que permita conciliar melhor a vida familiar e profissional, assim como o desconhecimento de algumas regras no acesso a esse serviço), a **falta de habitação digna a custos acessíveis**, a **atribuição de médico de família**; nas escolas, **apoio pedagógico** mais ajustado às características das crianças, assim como maior **acompanhamento das relações interpares**, prevenindo situações de *bullying*.

Em síntese, os desafios sentidos como mais prementes no atual contexto de crise económica/pandémica que o país enfrenta são o aumento do desemprego/falta de oportunidades de trabalho, sendo fundamental apostar-se na potenciação do capital humano imigrante como força de riqueza nacional e local através do reconhecimento por parte das empresas de comércio e indústria. É também um forte desafio, face à situação atual, contrariar o agudizar das desigualdades no acesso às oportunidades de emprego, acesso à saúde, educação, habitação, entre outras.

Assim, consideram-se pertinentes para dar resposta a estes desafios a dinamização de ações promotoras do diálogo inter e multicultural, a promoção da participação cívica dos migrantes na sociedade de acolhimento, a valorização dos próprios migrantes como agentes de mediação intercultural no processo de integração de outros migrantes (através da partilha de experiências e saberes), a promoção da entreajuda através do Banco de Voluntariado (banco de horas) e a eventual criação de uma associação de migrantes, como instrumentos e meios facilitadores da integração e adaptação dos imigrantes e de informação e orientação.

Finalmente, enuncia-se que existe a necessidade de melhorar também a qualidade dos serviços prestados aos imigrantes, designadamente ao nível do atendimento, mediante a formação dos profissionais. É um desafio para todos o contrariar processos demasiado burocráticos dos

serviços de acolhimento. Finalmente, a questão do combate ao racismo e discriminação através de ações de sensibilização junto da sociedade de acolhimento.

3.3 Caracterização da População Migrante atendida no CLAIM de Oliveira do Bairro

3.3.1 Nacionalidades dos cidadãos atendidos

Sendo o CLAIM um serviço especializado nas questões da imigração, a procura do mesmo é fortemente relacionada com a questão da regularização da situação administrativa dos imigrantes, pelo que a maioria das situações são colocadas por cidadãos venezuelanos ou cidadãos que têm nacionalidade portuguesa, nascidos ou que constituíram família na Venezuela, e que procuram melhores condições de vida em Portugal.

Tabela 3.5: Nº de cidadãos atendidos, segundo Nacionalidade, de agosto a setembro de 2020

1	Brasil	9
2	Moçambique	9
3	Portugal	14
4	São Tomé e Príncipe	1
5	Venezuela	18
TOTAL		51

Fonte: Base de Dados do CLAIM de Oliveira do Bairro

3.3.2 Tipologia dos assuntos:

As consequências da pandemia provocada pelo SARS-COV-2 afetaram sobremaneira a atividade do SEF, interferindo no processo e nos timings para os pedidos de atestados de residência, renovações dos mesmos, pedidos de reagrupamento familiar, etc. Não obstante a legislação que foi produzida desde o início da pandemia para minimizar o impacto destes atrasos, muitos imigrantes foram afetados substancialmente por todo este contexto, verificando-se muitos pedidos de apoio a nível social.

Tabela 3.6: Nº de assuntos abordados no CLAIM, segundo Tipologia, de agosto a setembro de 2020

1	Atendimento Social	20
2	Educação	12
3	Nacionalidade	2
4	Outros	7
5	Permanência em Território Nacional	11
6	Reagrupamento Familiar	4
7	Trabalho	3
TOTAL*Dados do CLAIM de Oliveira do Bairro de Agosto a setembro de 2020		59

Fonte: Base de Dados do CLAIM de Oliveira do Bairro

3.4 Dados do Inquérito por Questionário

Atendendo aos constrangimentos em reunir com grupos mais alargados de pessoas, decorrentes da pandemia, a equipa equacionou implementar um inquérito, efetuado via questionário online e entrevista presencial, divulgado no sítio do Município e junto dos migrantes do concelho nos atendimentos do CLAIM, GIP e Ação Social.

Da caracterização da população que respondeu ao mesmo, 44 pessoas, verifica-se que a nível demográfico se destaca a prevalência do sexo feminino, sendo a faixa etária mais representativa entre os 35 e os 44 anos. No que se refere à nacionalidade, do total dos inquiridos, as duas nacionalidades mais representadas são a venezuelana e a brasileira.

Relativamente à permanência em território nacional, 92% dos migrantes que responderam ao inquérito referem estar em situação regular em território português, sendo que a maioria dos migrantes que recorrem ao CLAIM estão ainda em situação irregular ou em processo de legalização, o que motiva o contacto com o serviço.

Verifica-se um consenso entre a generalidade dos migrantes contactados ao longo do processo de diagnóstico (quer pela aplicação do questionário, quer pelos atendimentos, quer nos Encontros Interculturais) quanto à **dificuldade no processo de regularização**: são enunciados aspetos como a falta de informação relativamente ao como instruir o processo, dificuldade de estabelecerem contato e/ou obter resposta por parte do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), a morosidade e a burocratização do processo de regularização e ainda a vulnerabilidade sentida – agravada com a pandemia – decorrente da ausência de trabalho que inviabiliza a obtenção de documentação (*“Sou venezuelano, casado com uma portuguesa, com duas filhas portuguesas. Solicito reagrupamento familiar e este processo foi prolongado por cerca de 8 meses, o que me impediu de procurar trabalho para o sustento da minha família”*).

Considerando as respostas obtidas no inquérito pelas diferentes áreas do Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade (IMAD), obtemos a seguinte caracterização:

3.4.1 Mercado de Trabalho

A situação perante o emprego dos cidadãos migrantes que responderam ao inquérito reflete simultaneamente a perceção da realidade estrutural do município, nomeadamente o número de pessoas desempregadas é bastante significativo e preocupante do ponto de vista social e humano. Esta questão vem validar a necessidade de se aumentar a recetividade por parte das potenciais entidades empregadoras/sensibilização das empresas, assim como os índices de empregabilidade dos migrantes no concelho, parte desse desemprego justificado também pela atual conjuntura económica advinda da crise pandémica que coloca esta população numa situação de maior vulnerabilidade.

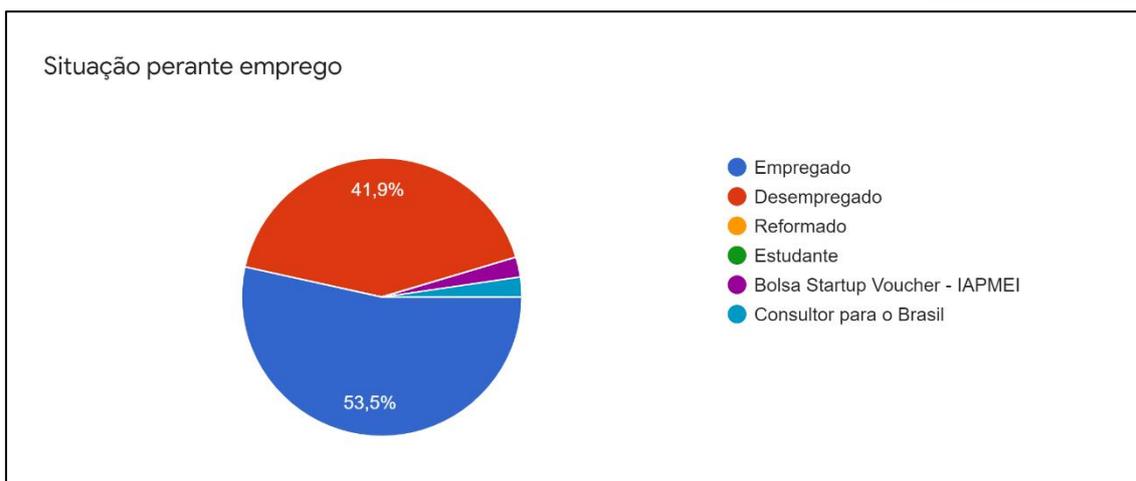


Figura 3.1: Situação face ao emprego dos cidadãos migrantes

Fonte: Resultados do Inquérito por Questionário aplicado a migrantes

Ainda, à data de 16 de outubro de 2020 estavam inscritos no Instituto de Emprego e Formação Profissional de Águeda (IEFP) como desempregados 48 estrangeiros. De salientar que este indicador reflete apenas os cidadãos de nacionalidade estrangeira inscritos no IEFP, não reporta os cidadãos imigrantes que têm nacionalidade estrangeira, mas já possuem nacionalidade portuguesa.

3.4.2 Solidariedade e Resposta Social e Serviços de Acolhimento e Integração

Quando questionados acerca do acesso aos serviços de apoios formais, 53,5% dos inquiridos refere considerar difícil o acesso aos serviços, designadamente no que respeita à prestação de informação adequada à sua situação, denotando a necessidade de capacitar os profissionais dos serviços e das entidades solidariedade social para um atendimento mais especializado (e porventura, nalguns casos, mais humanizado) a nacionais de países terceiros (NPT).

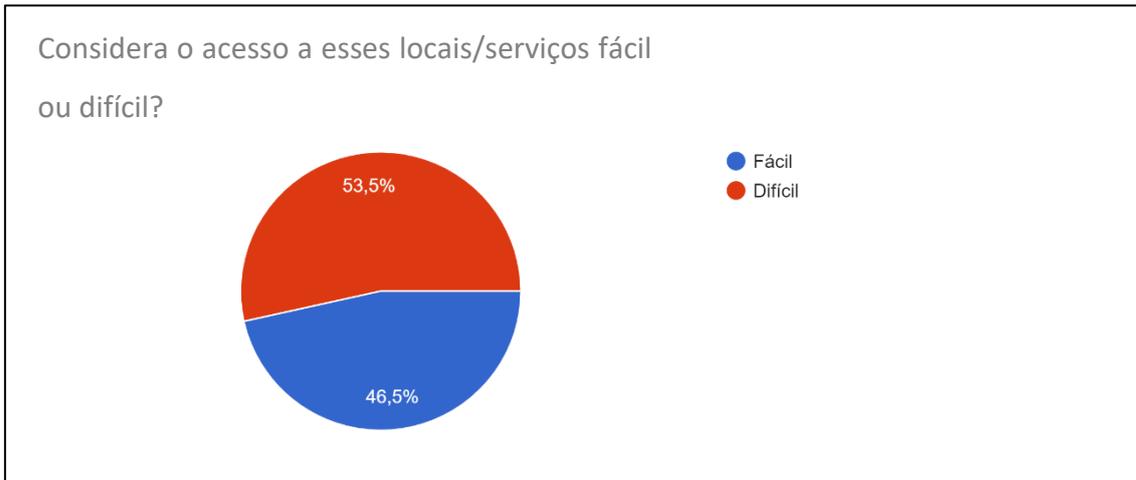


Figura 3.2: Facilidade do acesso aos locais/ serviços de apoios formais

Fonte: Resultados do Inquérito por Questionário aplicado a migrantes

Salienta-se ainda a inexistência e o desconhecimento por parte dos próprios NPT de associações/coletividades no concelho dirigidas ao apoio e orientação de migrantes.

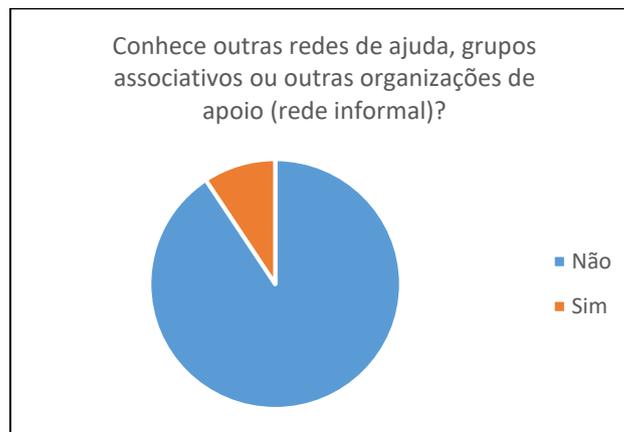


Figura 3.3: Conhecimento, dos NPT, acerca de outras redes de ajuda informais

Fonte: Resultados do Inquérito por Questionário aplicado a migrantes

3.4.3 Urbanismo e Habitação

Relativamente à questão da habitação salienta-se que grande maioria reside em casa arrendada, seguindo-se a partilha da habitação com familiares e amigos. Apenas 3 das pessoas inquiridas residem em casa própria. Mais de metade dos inquiridos refere ter dificuldade em pagar a renda.

No âmbito das condições habitacionais, cerca de 35% dos inquiridos não considera o número de quartos suficientes para o número de pessoas que residem na sua habitação e em 39,5% dos casos, o WC situa-se no exterior da habitação.

Estas respostas remetem-nos para a problemática da habitação, já referidas noutros contextos pelos diferentes parceiros, como os elevados preços de arrendamento, sobrelotação e precariedade da habitação, em casas com condições de habitabilidade insuficientes.

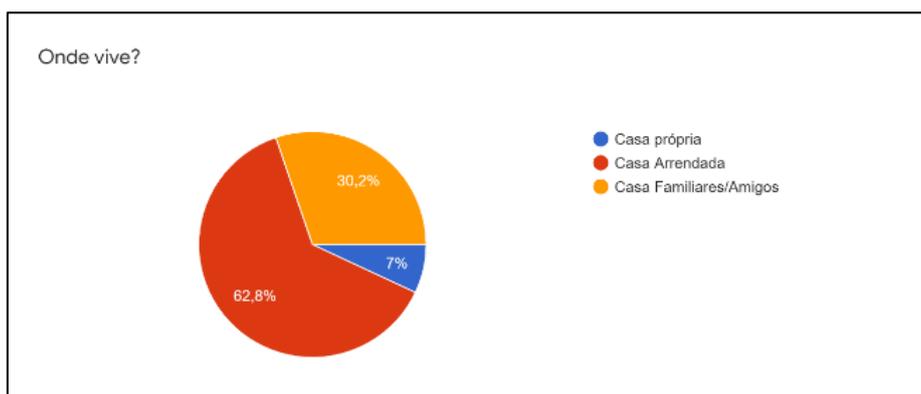


Figura 3.4: Tipologia de Habitação onde os NPT residem

Fonte: Resultados do Inquérito por Questionário aplicado a migrantes

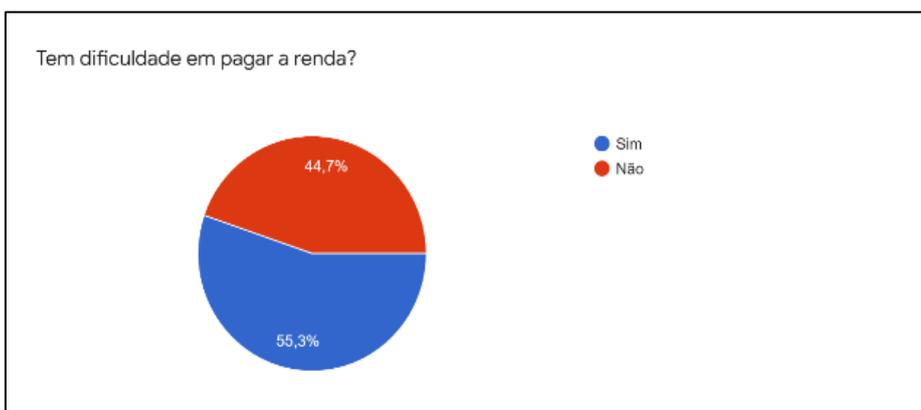


Figura 3.5: Dificuldade, dos NPT, em pagarem a renda

Fonte: Resultados do Inquérito por Questionário aplicado a migrantes

3.4.4 Educação e Língua

Do total de respostas obtidas, verifica-se que a maioria dos inquiridos tem habilitações de nível superior (Licenciatura, Mestrado e Doutoramento), verificando-se a necessidade de trabalhar as questões da equivalência das habilitações escolares e profissionais. No que se refere à aprendizagem da língua portuguesa, quando auscultados, os migrantes residentes demonstraram a necessidade de aumentar os níveis de conhecimento da língua portuguesa. O reforço das oportunidades de aprendizagem da língua portuguesa potencia o capital de qualificações de que são portadores os imigrantes.

3.4.5 Saúde

No que se refere aos serviços de saúde a maioria dos inquiridos refere ter médico de família (93%), no entanto, quando questionados relativamente à facilidade de acesso aos serviços de saúde, cerca de 30% dos inquiridos refere ter sido difícil esse acesso.

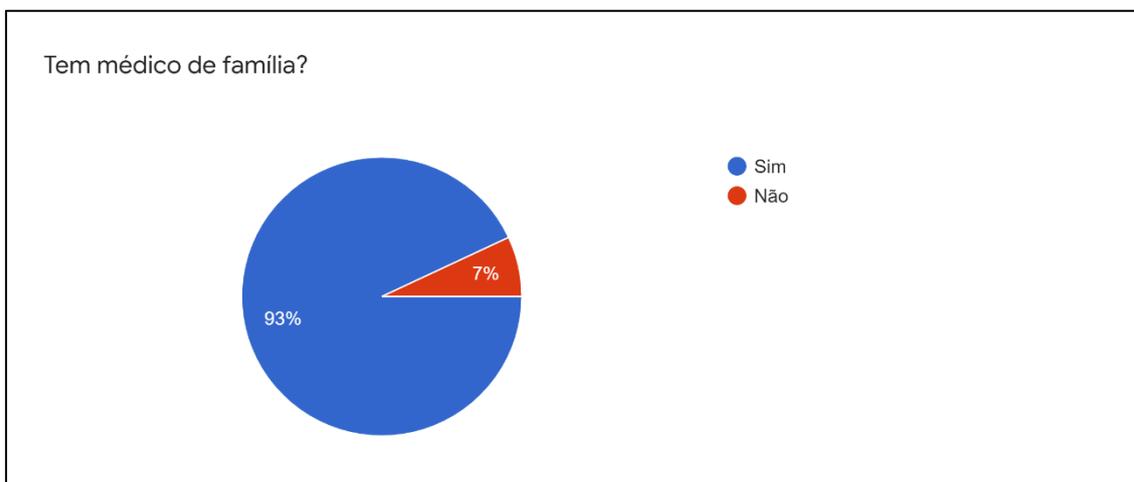


Figura 3.6: Existência de médico de família atribuído, aos NPT

Fonte: Resultados do Inquérito por Questionário aplicado a migrantes

3.4.6 Racismo e discriminação

Relativamente à questão do racismo e discriminação, os dados são alarmantes, sendo que mais de metade dos inquiridos refere já ter sido alvo de comportamentos de preconceito e discriminatórios. Quando aprofundamos o âmbito, os relatos apontam para contextos como o local de Trabalho, que surge representado em primeiro lugar, seguindo-se a Educação (escola e meio académico) e, em terceiro lugar, os Serviços (banco, segurança social, hipermercados): *“Todos os dias convivo com isso, no trabalho, na rua e muitas vezes nos supermercados”*; *“Sim, segurança social não te dá a informação precisa te tratam muito mal por ser imigrante”*; *“A minha filha mais nova sofria de bullying na escola de Oiã por não ter sotaque português e a minha mulher sofreu bullying em sua trabalho em Oliveira do Bairro, Eu trabalhe em numa fábrica em Vagos onde uma supervisora nos gritou: “animais espanhóis” quando nos mandou carregar um objeto muito pesado.”*

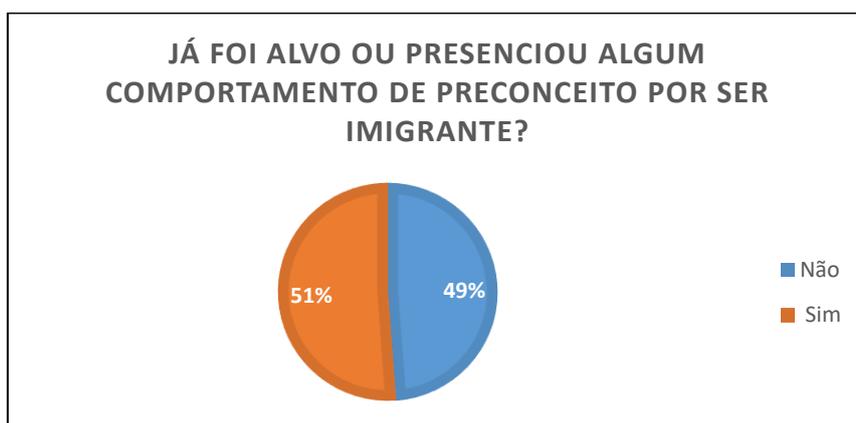


Figura 3.7: Percentagem de NPT que já foram alvo ou presenciaram comportamentos de preconceito por serem imigrantes

Fonte: Resultados do Inquérito por Questionário aplicado a migrantes

3.4.7 Cidadania e participação cívica

Segundo dados do município, existem apenas 14 pessoas estrangeiras recenseadas para votar que exercem a sua cidadania ao nível da participação política.

Não obstante não existir uma associação que represente os imigrantes no concelho, várias associações e coletividades que exercem a sua atividade no território integram nos seus órgãos sociais e/ou têm como associados pessoas migrantes.

3.5 Análise SWOT

Dos dados de diagnóstico reunidos no âmbito do Plano Municipal de Oliveira do Bairro e que poderão potenciar ou dificultar a implementação do mesmo, enunciamos os seguintes aspetos:

3.5.1 Forças

- Criação pelo Município do CLAIM como resposta sustentada a longo prazo no que concerne ao processo de acolhimento e integração de migrantes;
- O CLAIM constitui-se como Espaço de Escuta e que, em simultâneo, dá resposta às dúvidas/problemáticas apresentadas pelos migrantes;
- O CLAIM, pelo contacto permanente com a população migrante, permite o aprofundamento e atualização permanente do diagnóstico, assim como identificar potenciais interlocutores privilegiados /mediadores junto das diversas comunidades migrantes;
- A parceria do Município com o Centro Qualifica do Agrupamento de Escolas de Anadia permite a realização, no território concelhio, de cursos de aprendizagem da língua portuguesa por parte dos migrantes;
- A existência do Gabinete de Inserção Profissional (GIP) facilita o acesso aos serviços de emprego e formação;
- Disponibilidade do Município de Oliveira do Bairro para apresentar candidatura ao FAMI para a elaboração do PMIM.
- O processo de elaboração do PMIM tem permitido identificar possíveis mediadores dentro da comunidade migrante, cidadãos que já passaram pelo processo de integração e adaptação na comunidade de acolhimento e que podem desta forma orientar e apoiar os seus pares no processo de acolhimento e integração;
- O PMIM possibilitou, na sua fase de diagnóstico, anterior ao decretar do 1º estado de emergência, a reunião de imigrantes em encontros interculturais, permitindo o convívio, a partilha de saberes, de dificuldades e soluções;
- O PMIM preconiza o uso de metodologias participativas e constitui uma oportunidade de rentabilização de iniciativas e recursos já existentes, no sentido do incentivo à

cidadania e à participação cívica dos imigrantes como forma de colmatar as fraquezas identificadas;

- No âmbito da cidadania e participação cívica, o PMIM prevê a possibilidade de se realizar uma campanha de sensibilização junto dos migrantes de incentivo ao recenseamento, com a colaboração do Município;

3.5.2 Fraquezas

- A autarquia não tem ainda institucionalizada uma data para a celebração da diversidade cultural, do diálogo intercultural ou da imigração;
- Necessidade de criação de respostas locais para a aprendizagem da língua portuguesa, principalmente para os migrantes em processo de regularização;
- Necessidade da criação de um Kit de Acolhimento/Guia de Recursos em diferentes línguas;
- A inexistência de associações no concelho dirigidas ao apoio e orientação de migrantes;
- Falta de respostas organizadas de apoio social de emergência quando os migrantes estão em situação de grande vulnerabilidade devido a não terem ainda autorização de residência;
- Vagas insuficientes nos serviços de apoio à infância (creches, ATL's) que permita a conciliação da vida familiar e profissional;
- Rede de transportes existente condiciona a aceitação de propostas de trabalho no território.

3.5.3 Oportunidades

- Oportunidade de criar uma associação de migrantes e disponibilidade por parte da autarquia em ceder um espaço para a associação funcionar;
- Campanhas de sensibilização nacionais e locais que promovam a valorização dos migrantes e a divulgação das suas raízes culturais (através de encontros multiculturais, workshops de gastronomia, dança, música, cinema, entre outros);
- Aprofundamento da rede de parcerias com entidades públicas e privadas (ex: empresas, associações comerciais e industriais, IPSS) para facilitar a integração laboral dos imigrantes;

- No domínio do urbanismo e da habitação, a articulação crescente entre a administração central e local constitui uma oportunidade de rentabilização de recursos já existentes e a criar: Porta 65, Estratégia Local de Habitação, Subsídio de apoio ao arrendamento, Apoios Habitacionais;
- Na vertente da cultura, o Município tem projetado alargar a sua programação cultural tendo em vista a sensibilização para a diversidade cultural e a promoção do diálogo intercultural, assim como a promoção do envolvimento de produtores/artistas imigrantes, residentes no município ou em Portugal;
- Possibilidade de integrar pessoas migrantes em diferentes órgãos e grupos de trabalho que permitam a participação cívica e o desenvolvimento da cidadania: Conselho Municipal da Juventude, Conselho Municipal da Educação e Grupo Temático Diversidade e Migrações do CLAS;
- Combate do racismo e discriminação através da promoção do diálogo intercultural, mediante ações/atividades que promovam o envolvimento conjunto da sociedade de acolhimento e dos migrantes (contexto escolar, contexto laboral, meios de comunicação social);
- Sensibilidade de algumas entidades associativas para a integração de pessoas/ jovens migrantes em atividades sociais e culturais;
- Medidas do IIEFP de inserção profissional de cidadãos, que se constituem como uma mais valia para as IPSS (Medida de apoio ao reforço de emergência de equipamentos sociais e de saúde - MARESS) e empresas (Contratos emprego-inserção).
- Candidatura aos Bairros Saudáveis para promover resposta de saúde mental para os cidadãos adultos com situação de vulnerabilidade, agravada pela pandemia;
- Disponibilidade de o ACM proporcionar formação gratuita direcionada à sociedade de acolhimento, designadamente aos profissionais de serviços que garantem o atendimento, nas áreas da Educação Intercultural, Diversidade Cultural, Lei da Imigração e da Nacionalidade, etc.)

3.5.4 Ameaças

- As medidas de contenção da pandemia têm sido um obstáculo significativo à concretização das atividades desenhadas na candidatura ao FAMI, prevendo-se que continuem a condicionar a operacionalização de algumas das atividades do PMIM;
- A dispersão dos imigrantes no território dificulta o contacto entre e com os mesmos;
- A manutenção das dificuldades no acesso a habitação acessível ou a apoios sociais, particularmente para os migrantes que se encontram em situação irregular;
- Disponibilidade dos serviços e seus profissionais para realizar ações de (in)formação na área das migrações, numa época em que se encontram sob grande pressão e, muitos deles, a funcionar em teletrabalho;
- Recetividade por parte das potenciais entidades empregadoras para integrar pessoas cujo processo de regularização no território nacional pode não se encontrar ainda concluído;
- Sensibilidade e políticas das entidades públicas e privadas, nomeadamente das empresas, para minimizar comportamentos discriminatórios face aos colaboradores imigrantes;
- Desigualdades no acesso a oportunidades de trabalho face o atual contexto de crise económica/pandémica e ao aumento do desemprego.

4 Plano Municipal para a Integração de Migrantes

4.1 Dimensão Estratégica

A dimensão estratégica do PMIM de Oliveira do Bairro exige a definição dos objetivos estratégicos, indicadores e estratégias a implementar no período temporal em que vigora e atendendo aos problemas/necessidades identificadas em sede de diagnóstico, consonante com as políticas nacionais do Plano Estratégico para as Migrações.

Tabela 4.1: Dimensão Estratégica do PMIM de Oliveira do Bairro, por Área

Áreas	Objetivos Estratégicos/Gerais	Indicadores	Estratégias
MERCADO DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	– Aumentar a taxa de empregabilidade dos NPT	– Variação da taxa de empregabilidade de NPT – % de migrantes acompanhados pelo CLAIM e GIP inseridos no mercado de trabalho	– Ações de sensibilização junto das entidades públicas e privadas locais; – Criação de bolsa de empregadores – elencado ao conceito de Responsabilidade Social – Formação dos NPT em áreas de competências facilitadoras da empregabilidade

Áreas	Objetivos Estratégicos/Gerais	Indicadores	Estratégias
ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO	- Aumentar as respostas e recursos dos serviços de acolhimento e integração, assim como o seu conhecimento pelos NPT;	<ul style="list-style-type: none"> – N.º de respostas criadas – N.º de recursos criados para facilitar o acolhimento (Kit de acolhimento; Guia de Recursos; ...) – N.º de recursos disponibilizados aos Serviços de acolhimento e aos NPT – N.º de NPT envolvidos na Associação a criar – N.º de mediadores interculturais formados – N.º de jovens NPT que integram projeto de Tutores 	<ul style="list-style-type: none"> – Capacitação dos profissionais dos serviços de acolhimento através da promoção de ações de formação sobre temas relevantes à temática das migrações; – Alargar a rede de parcerias com entidades públicas e privadas, e divulgar materiais elaborados o Kit de acolhimento, onde se encontra o mapa GPS com todos os serviços/ entidades e respetivas respostas existentes no concelho – Criação da associação de migrantes – Criação de bolsa de mediadores NPT – Colaborar na sensibilização de jovens NPT para integrarem Projeto de Tutores
URBANISMO E HABITAÇÃO	- Satisfazer as necessidades de habitação dos NPT garantindo melhoria das condições de habitabilidade e/ou acesso a rendas acessíveis, através do recurso a medidas de apoio à habitação nacionais e locais	<ul style="list-style-type: none"> – N.º de NPT que recorrem a medidas de apoio ao arrendamento (Porta 65 e SAR) e a Apoios Habitacionais – N.º de NPT com problemas de habitação (Grau de satisfação com as condições de habitabilidade) 	- Divulgação de apoios à habitação nacionais e locais e apoio na elaboração das candidaturas

Áreas	Objetivos Estratégicos/Gerais	Indicadores	Estratégias
EDUCAÇÃO E LÍNGUA	– Aumentar os níveis de conhecimento da língua portuguesa pelos NPT	– Percentagem de NPT que concluem cursos de português face ao nº de inscritos	– Realização de ações de formação que promovam a aprendizagem da língua portuguesa
CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO	– Aumentar a participação de NPT em cursos de formação de curta e longa duração	– Variação da percentagem de participação em cursos de formação ao longo da vida e ações de sensibilização/informação	– Reforço do número/divulgação de oportunidades de aprendizagem formal/ações de formação modular certificada de curta e longa duração
CULTURA	– Aumentar o nível de conhecimento sobre as características culturais das diversas comunidades	– N.º de iniciativas no território que promovem a interculturalidade	– Alargamento da programação cultural no município com enfoque na valorização inter e multicultural
SAÚDE	– Capacitar profissionais dos cuidados de saúde primários para um atendimento especializado a NPT	– N.º de ações de formação, sensibilização e capacitação de profissionais dos serviços de cuidados de saúde primários	– Realização de ações de formação para capacitação de profissionais dos serviços de cuidados de saúde primários no atendimento a NPT

Áreas	Objetivos Estratégicos/Gerais	Indicadores	Estratégias
SOLIDARIEDADE E RESPOSTA SOCIAL	– Capacitar os profissionais das entidades de solidariedade social para um atendimento especializado a NPT	– Percentagem de ações de formação e capacitação dos profissionais das entidades de solidariedade social	– Realização de ações de formação e capacitação dos profissionais das entidades de solidariedade social em matérias associadas à multiculturalidade
CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO CÍVICA	– Promover a participação cívica e capacitar os NPT para a gestão e desenho de projetos de intervenção comunitária	<ul style="list-style-type: none"> – Variação do número de NPT que se encontram recenseados; – N.º de NPT que participam em ações de formação/ sessões de informação/sensibilização/ grupos de trabalho; – N.º de associações criadas (formais e informais) 	<ul style="list-style-type: none"> – Disponibilização de material informativo e desenvolvimento de ações/campanhas de sensibilização para incentivar a participação dos migrantes na esfera política e cívica; – Criar as condições necessárias para a constituição de uma associação de imigrantes
MEDIA E SENSIBILIZAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA	– Promover nos media locais e redes sociais iniciativas de valorização da riqueza da diversidade cultural/ combate estereótipos e “fake news”	– N.º de comunicações e de divulgação de iniciativas	– Divulgação e promoção de assuntos de diversidade cultural e da migração junto dos meios de comunicação social (site da autarquia, redes sociais, jornais)
IGUALDADE DE GÉNERO	– Promover o combate às desigualdades de género, identidade e/ou orientação sexual	– N.º de iniciativas realizadas de combate às desigualdes	– Realização de iniciativas de sensibilização sobre direitos humanos: igualdade de género, identidade e orientação sexual

Áreas	Objetivos Estratégicos/Gerais	Indicadores	Estratégias
RACISMO E DISCRIMINAÇÃO	– Combater a discriminação e o racismo contribuindo para a mudança de mentalidades junto da sociedade de acolhimento numa perspetiva de promoção da igualdade de oportunidades	– Nº de sessões e iniciativas no âmbito da multiculturalidade	– Realização de ações/atividades de promoção do diálogo multicultural e envolvimento conjunto da sociedade de acolhimento e os migrantes;
RELAÇÕES INTERNACIONAIS (Geminações Brasil e Venezuela)	– Promover a aproximação de diferentes realidades geográficas e desta forma potenciar o relacionamento cultural, científico, desportivo, comercial e industrial, entre cidadãos, empresas e instituições.	– Avaliar a possibilidade da gemação com cidades/ municípios de países com maior expressão de cidadãos estrangeiros	– Contactos e parcerias estabelecidas com duas cidades do Brasil e Venezuela
RELIGIÃO	– Promover o reforço do diálogo intercultural e inter-religioso	– Nº de ações desenvolvidas neste âmbito	– Realização de ações que promovam o acesso e partilha do diálogo inter-religioso

Fonte: Elaboração Própria



4.2 Dimensão Operacional

Tendo por base os objetivos definidos no plano estratégico para cada uma das áreas, foi delineada a dimensão operacional (micro) do Plano Municipal para a Integração de Migrantes do Município de Oliveira do Bairro, tendo como propósito a concretização dos objetivos definidos no plano estratégico (macro).

De referir que as medidas podem apresentar dois níveis: as de nível 1 contemplam respostas que já existem no território, portanto não são passíveis de financiamento pelo FAMI; as de nível 2 serão respostas implementadas pelo PMIM e financiadas pelo FAMI.



4.2.1 Mercado de Trabalho e Empreendedorismo

Tabela 4.2.1: Dimensão Operacional da área Mercado de Trabalho e Empreendedorismo

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Aumentar a taxa de empregabilidade dos NPT	Promover iniciativas que potenciem o ativar de redes locais de parceiros para a empregabilidade; Aumentar as competências pessoais e sociais facilitadoras da empregabilidade dos NPT	1. Ações de sensibilização/formação junto das entidades públicas e privadas locais;	2	Realização de 4 ações de sensibilização/formação a entidades públicas e privadas (autarquias, IPSS, cooperativas, empresas);	N.º de Entidades Empregadoras que participaram em ações de sensibilização/formação	Município ACM SEF ACT ACIB
		2. Criação de bolsa de empregadores (Responsabilidade Social)	1	5 empresas/entidades integram a bolsa de empregadores	N.º de entidades que integra a bolsa de empregadores	Segurança Social Município/ACIB
		3. Sessões de tutoria/formação em áreas de competências facilitadoras da empregabilidade	1	Formar 40 pessoas por ano na área da procura ativa de emprego	N.º de pessoas/ano que participam nas sessões de tutoria/formação na área da procura ativa de emprego	Empresas que integram a bolsa de formadores Município/GIP/IEFP/ ACIB

Fonte: Elaboração Própria

4.2.2 Serviços de Acolhimento e Integração

Tabela 4.2.2: Dimensão Operacional da área Serviços de Acolhimento e Integração

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
- Aumentar as respostas e recursos dos serviços de acolhimento e integração, assim como o seu conhecimento pelos NPT	Aumentar o nível de informação/capacitação dos profissionais que integram a rede de serviços de acolhimento Promover o conhecimento e o acesso às respostas/serviços que potenciem a integração de NPT na sociedade de acolhimento	4. Ações de Formação dos profissionais de serviços de acolhimento	2	Realização de 4 ações de formação	Nº ações de formação realizadas Nº de profissionais abrangidos Nº entidades que receberam formação	Município/ACIB/ ACM/ SEF/ACT
		5. Elaboração e divulgação de materiais de apoio ao processo de acolhimento (Kit de acolhimento) em, pelo menos, duas línguas, aos NPT e à rede de parceiros (entidades públicas e privadas);	2	Produção de 1000 exemplares do Kit de Acolhimento	Nº de kits de acolhimento disponibilizados; evolução do n.º de seguidores da página de <i>facebook</i> do CLAIM; Evolução do n.º de migrantes que recorrem aos serviços de acolhimento/integração (CLAIM, ação social, GIP, saúde, educação);	Município ACM ACIB

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
		6. Promover o conhecimento do CLAIM pelos NPT e pelos serviços de acolhimento	1	Realizar 4 ações de informação sobre o serviço prestado pelo CLAIM	N.º de ações realizadas N.º de entidades envolvidas	Município
	Definir programas de acolhimento para os recém chegados	7. Desenho de programas de acolhimento a migrantes, atendendo aos contextos (escolar, profissional)	2	Criar uma bolsa de Tutores em contexto escolar com, pelo menos, 3 alunos Criar uma bolsa de Mentores interculturais Criar pelo menos 2 programas de acolhimento aos contextos (escolar, profissional)	N.º de tutores envolvidos N.º de mentores interculturais N.º de programas de acolhimento criados N.º de pessoas que beneficiam dos programas de acolhimento	Município ACIB Agrupamento de Escolas

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
	Definir e implementar programas de apoio aos NPT	8. Desenho de programas de apoio por áreas de necessidade	1	Implementar um Banco do Tempo em Oliveira do Bairro	N.º de pessoas inscritas no Banco do Tempo N.º de beneficiários dos programas de apoio N.º de programas de apoio desenhados	Município Banco do Tempo

Fonte: Elaboração Própria

4.2.3 Urbanismo e Habitação

Tabela 4.2.3: Dimensão Operacional da área Urbanismo e Habitação

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Satisfazer as necessidades de habitação dos NPT	Garantir aos NPT a melhoria das condições de habitabilidade e/ou acesso a rendas acessíveis, através do recurso a medidas de apoio à habitação nacionais e locais	9. Divulgação de apoios à habitação, nacionais e locais, e apoio na elaboração das candidaturas 10. Divulgar programas locais de apoio ao conforto habitacional – Projeto Remobilar	1 1	95% dos NPT com problemas habitacionais obtêm resposta aos mesmos no prazo de um ano Aumento do número de candidaturas apresentadas por NPT a medidas de apoio habitacional	N.º de NPT com problemas de habitação N.º de NPT atendidos nos serviços de ação social do MOB Nº de NPT que apresentam candidaturas de apoio ao arrendamento (Porta 65 e SAR) e a Apoios Habitacionais	Município

Fonte: Elaboração Própria

4.2.4 Educação e Língua

Tabela 4.2.4: Dimensão Operacional da área Educação e Língua

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Aumentar os níveis de conhecimento da língua portuguesa pelos NPT	Promover oportunidades de aprendizagem da língua portuguesa	11. Realização de ações de formação para aprendizagem da língua portuguesa – Português Língua de Acolhimento (PLA)	2	Proporcionar pelo menos 2 ações de formação certificada de PLA aos NPT por ano	Nº de parcerias realizadas com entidades públicas Nº de ações de PLA realizadas Nº de NPT que beneficiam de formação / aprendizagem da língua	Município Centro Qualifica do Agrupamento de Escolas de Anadia IEFP/Centro de Emprego e Formação Profissional de Águeda
		12. Dinamização de grupos de desenvolvimento da língua portuguesa (UNISOB, Banco do Tempo ou Banco Local de Voluntariado)	1	Criar pelo menos 2 grupos de desenvolvimento da língua portuguesa (para falantes de espanhol – por grupos etários: jovens e adultos)	N.º de grupos informais criados para falantes de espanhol	Banco do Tempo ou Banco Local de Voluntariado UNISOB

Fonte: Elaboração Própria

4.2.5 Capacitação e Formação

Tabela 4.2.5: Dimensão Operacional da área Capacitação e Formação

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Aumentar a participação de NPT em cursos de formação de curta duração e longa duração	Promover a participação de NPT em cursos de formação ao longo da vida, ações de sensibilização e informação	13. Aumentar o número de formações certificadas, cursos EFA e programas de RVCC	1	Aumentar o número de ações disponíveis para NPT Aumentar o número de NPT que concluem com sucesso as formações	Nº de formações realizadas anualmente; Nº de formandos que concluem com aproveitamento as ações	Município IEFP Centro Qualifica do Agrupamento de Escolas de Anadia ACIB
	Promover a participação de NPT em cursos de formação para mediadores interculturais	14. Dinamização de formação certificada em Mediação Intercultural para NPT	2	Realização de, pelo menos, uma formação por ano	Nº de formações realizadas; Nº de formandos que concluem com aproveitamento	Município Fundação Cidade Lisboa

Fonte: Elaboração Própria

4.2.6 Cultura

Tabela 4.2.6: Dimensão Operacional da área Cultura

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Aumentar o nível de conhecimento sobre as características culturais das diversas comunidades	Promover iniciativas/programas interculturais que potenciem a troca de saberes e a convivência entre os NPT e a comunidade de acolhimento	15. Realização da Semana da Interculturalidade (na semana de 21 de maio Dia Mundial da Diversidade Cultural, para o Diálogo e Desenvolvimento)	2	Realização uma ação anual da “Semana da Interculturalidade” com mostra de cinema, gastronomia, exposições, ...)	Nº de ações realizadas; Nº de participantes	Município Parceiros (IPSS, Associações, Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro)

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
		16. Integrar no programa da Biblioteca Municipal e das bibliotecas escolares atividades promotoras da multiculturalidade	1	Realização de pelo menos 4 atividades	Nº de atividades realizadas Nº de participantes	Município AEOB
		17. Integrar na programação do Quartel das Artes cinema, teatro, música de várias origens culturais, étnicas, entre outras	1	Aumentar a oferta multicultural do cartaz do Quartel das Artes	- % de aumento da oferta multicultural do Quartel das Artes	Município

Fonte: Elaboração Própria

4.2.7 Saúde

Tabela 4.2.7: Dimensão Operacional da área Saúde

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Promover a capacitação dos profissionais dos cuidados de saúde primários para um atendimento especializado a NPT	Capacitar os profissionais dos cuidados de saúde primários para prestar informação aos NTP sobre acesso a cuidados de saúde	18. Formação dos profissionais de saúde sobre o acesso dos NPT aos cuidados de saúde	2	Realização de, pelo menos, duas ações de formação	N.º de formações realizadas; N.º de profissionais de saúde que realizam as formações	Município ACM ACES-BV
		19. Identificação de interlocutores privilegiados nos cuidados de saúde primários que atuem como mediadores para as questões de saúde com os NPT	1	Identificação de, pelo menos, 2 interlocutores por USF que reúnam com mediadores interculturais	N.º de interlocutores das USF N.º de encontros entre interlocutores de Saúde e os mediadores interculturais NPT	
		20. Adaptação/criação de materiais informativos, devidamente traduzidos	2	Adaptação/criação e tradução de materiais informativos em áreas consideradas relevantes por profissionais e NPT	N.º de materiais adaptados/criados/traduzidos	

Fonte: Elaboração Própria

4.2.8 Solidariedade e Resposta Social

Tabela 4.2.8: Dimensão Operacional da área Solidariedade e Resposta Social

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Promover a capacitação dos profissionais das entidades de solidariedade social (formais e informais) para um atendimento especializado a NPT	Capacitar os profissionais das entidades de solidariedade social sobre temáticas relevantes à integração dos NPT e à intervenção comunitária intercultural	21. Formação dos profissionais das entidades com respostas sociais	2	Realização de pelo menos duas ações de formação para profissionais da área social	N.º de formações realizadas; N.º de profissionais que beneficiaram das ações	Município IPSS's Segurança Social ACM
		22. Identificação de interlocutores privilegiados das entidades com respostas sociais que atuem como mediadores com os NPT	1	Identificação de, pelo menos, 2 interlocutores para integrar grupos de trabalho Adaptação/criação e tradução de materiais informativos em áreas consideradas relevantes	N.º de interlocutores de respostas sociais	
		23. Adaptação/criação de materiais informativos, devidamente traduzidos	2	pelos profissionais e pelos NPT	N.º de materiais adaptados/criados/traduzidos	

Fonte: Elaboração Própria

4.2.9 Cidadania e Participação Cívica

Tabela 4.2.9: Dimensão Operacional da área Cidadania e Participação Cívica

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Promover a participação cívica e capacitar os NPT para a gestão e desenho de projetos de intervenção comunitária	Promover a participação cívica e a cidadania ativa	24. Criar e divulgar folhetos informativos (recenseamento eleitoral; guia de recursos; funcionamento de associações, ...) 25. Convite a NPT para integrarem órgãos como o Conselho Municipal da Juventude, Conselho Local de Ação Social, ...)	2 1	Criação e divulgação de pelo menos 3 folhetos informativos/sensibilização à participação cívica/recenseamento (3 idiomas) Aumentar o n.º de NPT que integram órgãos sociais de associações e órgãos consultivos existentes no município	Varição do N.º de NPT recenseados; N.º de folhetos informativos criados e distribuídos N.º de NPT integrados em órgãos consultivos do município de Oliveira do Bairro N.º de NPT que integram órgãos sociais de associações/IPSS	Município Associações e IPSS
	Promover a criação de uma associação de imigrantes	26. Disponibilização de apoio para a criação e gestão de associações (formação, sede, fontes financiamento)	2	Criação de, pelo menos, uma associação de imigrantes	N.º de associação de imigrantes criadas	Município

Fonte: Elaboração Própria

4.2.10 Media e Sensibilização da Opinião Pública

Tabela 4.2.10: Dimensão Operacional da área Media e Sensibilização da Opinião Pública

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Promover nos media locais, site da autarquia e redes sociais iniciativas de valorização da riqueza da diversidade cultural, combate aos estereótipos e "fake news"	Promover a divulgação de atividades, encontros interculturais e eventos desenvolvidos com/por NPT	27. Divulgação de forma sistemática as atividades, encontros interculturais e eventos desenvolvidos com/por NPT nos media locais e regionais	2	Criar e divulgar pelo menos uma noticia, vídeo ou publicação online, por cada atividade desenvolvida no âmbito do PMIM;	N.º comunicações de divulgação de iniciativas desenvolvida no âmbito do PMIM; N.º de meios de comunicação utilizados	Município CLAIM 1 jornal de circulação regional ou nacional
		28. Recolha de testemunhos de NPT, entidades empregadoras, educação, saúde, associações, etc. sobre experiências de integração multicultural na comunidade oliveirense	2	Promover 1 tertúlia/ano de discussão pública sobre os desafios da integração multicultural e políticas locais para potenciar ambientes comunitários mais inclusivos	N.º de tertúlias realizadas N.º de testemunhos recolhidos	

Fonte: Elaboração Própria

4.2.11 Igualdade de Género

Tabela 4.2.11: Dimensão Operacional da área Igualdade de Género

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Promover o combate às desigualdades de género, identidade e/ou orientação sexual	Aumentar a consciencialização sobre a discriminação de género, identidade e orientação sexual na comunidade migrante e na comunidade em geral	29. Criar e divulgar uma campanha que promova valores de cidadania e igualdade de género e o combate à discriminação	2	Criação e divulgação pelo menos 3 folhetos de informação e sensibilização para as questões da igualdade de género, identidade e orientação sexual (3 idiomas)	Nº de folhetos informativos criados e distribuídos	Município CIG
		30. Prestar informação aos migrantes sobre os serviços de apoio à comunidade LGBTI e a vítimas de violência (doméstica/racial, etc.)				
		31. Promover iniciativas de sensibilização - comemoração do Dia Mundial para a Igualdade (24 de Outubro)	1	Promover pelo menos 1 iniciativa de sensibilização/ano (Dia Mundial para a Igualdade a 24 de Outubro)	Nº de ações/iniciativas realizadas	Município Associações

Fonte: Elaboração Própria

4.2.12 Racismo e Discriminação

Tabela 4.2.12: Dimensão Operacional da área Racismo e Discriminação

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Combater a discriminação e o racismo contribuindo para a mudança de mentalidades junto da sociedade de acolhimento numa perspectiva de promoção da igualdade de oportunidades	Desenvolver atividades que visam sensibilizar a sociedade de acolhimento para as questões da imigração e da multiculturalidade	32. Realização da Semana da Interculturalidade (proposta para 17 a 23 de maio de 2021)	2	Realização de atividades diversificadas, por protagonistas diferenciados, pelo menos:	Nº de Exposições fotográficas; Nº de campanhas vídeo/ áudio;	Município AEOB
		33. Comemoração do Dia Internacional dos Migrantes (18 de dezembro de 2020 e 2021)	1	- Uma Exposição de fotografia; - Uma campanha de vídeo e áudio (com testemunhos, inform. dos países de origem, cultura, música, paisagens, ...)		
		34. Criar e dinamizar um grupo de trabalho no município dedicado à estimulação da mudança de perceções, atitudes e comport. na população em geral e alguns grupos específicos	1	Grupo de trabalho Antirumores apresenta pelo menos uma proposta;		

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
	o potencial da diversidade Desenvolver uma estratégia de combate à discriminação na comunidade educativa (recurso ao Kit Intercultural Escolas, do ACM)	35. Introduzir os materiais do Kit Intercultural Escolas como um recurso para as diferentes disciplinas, designadamente na Educação para a Cidadania, nos diferentes ciclos de escolaridade e potenciar a discussão e a criação de uma estratégia de combate à discriminação com a participação de alunos, pais, pessoal docente e não docente	1	Compilar as propostas recolhidas e elaborar um Manual de Boas Práticas de Acolhimento e Inclusão Multicultural	Manual de Boas Práticas de Acolhimento e Inclusão Multicultural	Município de Agrupamento de Escolas de OLB

Fonte: Elaboração Própria

4.2.13 Relações Internacionais

Tabela 4.2.13: Dimensão Operacional da área Relações Internacionais

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Promover a aproximação cultural com realidades de países diferentes	Realizar a geminação ou protocolos de cooperação com duas cidades de países terceiros ou associações	36. Promover o intercâmbio e o relacionamento cultural, científico, desportivo, comercial e industrial, entre cidadãos, empresas e instituições	1	Geminação com uma cidade brasileira e com uma cidade dos PALOP's	Nº de contactos estabelecidos; Nº de parcerias; Geminações ou protocolos de cooperação efetuadas	Município Associações
	Identificar associações ou entidades oficiais dos locais de origem dos NPT residentes no concelho com vista ao estabelecimento de relações de cooperação	37. Promover contactos com pessoas dos locais de origem dos NPT residentes no concelho, que representem associações ou entidades oficiais	1	Identificar associações que possam contribuir para a aproximação cultural entre os países de origem dos NPT e o município de Oliveira do Bairro		

Fonte: Elaboração Própria

4.2.14 Religião

Tabela 4.2.14: Dimensão Operacional da área Religião

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Promover o reforço do diálogo intercultural e inter-religioso	Potenciar o aumento dos níveis de conhecimento das comunidades nacionais e de NPT sobre os cultos religiosos de cada comunidade	38. Identificar os cultos religiosos existentes no concelho e recolher testemunhos sobre as crenças de cada um deles, as suas práticas religiosas, celebrações significativas, e ainda eventuais testemunhos de como as pessoas vivem a sua fé.	1	Realizar pelo menos 3 vídeos sobre diferentes cultos religiosos existentes no concelho Realizar duas sessões promotoras do diálogo inter-religioso (temas a escolher: direitos humanos, tolerância, diversidade, ...)	N.º de vídeos realizados N.º de ações desenvolvidas neste âmbito	Município

Fonte: Elaboração Própria

5 Modelo de Monitorização e Avaliação

A monitorização e avaliação do PMIM será assegurada pela equipa técnica do projeto (chefe de serviço de Ação Social, técnica superior afeta ao PMIM, técnica superior afeta à Rede Social), com a colaboração externa de dois docentes da Universidade de Aveiro e ainda das entidades representadas no grupo temático Diversidade e Migrações, que constituem a Plataforma de Acompanhamento e Monitorização do Plano.

No modelo de monitorização e avaliação serão utilizados os **indicadores definidos na dimensão estratégica e operacional** do Plano, verificados através das **evidências** recolhidas em cada uma das atividades, de forma a que se possa proceder a uma constante adequação entre as necessidades diagnosticadas e as medidas que vão ser implementadas. Verificar-se-á assim a implementação das ações definidas para o território, identificando eventuais desvios e propondo o ajustamento da intervenção mediante a avaliação dos resultados alcançados, produzindo para esse fim **relatórios de progresso** com **carácter semestral**, relativamente ao cumprimento dos indicadores definidos (maioritariamente indicadores de realização, mas também de resultado ou de impacto).

Este sistema de monitorização tem assim como finalidade a comparação entre os resultados esperados e os executados, permitindo suportar um adequado e eficiente processo de análise e introduzir melhorias ao Plano, caso se verifiquem alterações nos contextos de intervenção.

Por último, os resultados da avaliação e monitorização serão traduzidos em formato de **relatório final**, que pretenderá aferir da sua relevância, eficácia, eficiência, impacto e sustentabilidade dos resultados alcançados

De salientar os potenciais constrangimentos inerentes à situação de pandemia por SARS-COV-2, não só no desenvolvimento das atividades da responsabilidade do Município, mas também ao nível de outras medidas aqui equacionadas, da responsabilidade de outras entidades parceiras, que poderão não ser exequíveis à data prevista para a sua realização.

6 Modelo de Governação

Para a implementação do presente PMIM é adotado um modelo de governação simples e flexível, assente no papel basilar assumido pelo Município e na rede de parceiros dos setores público, social e privado do concelho. Subjacente ao modelo de governação está a criação de uma equipa técnica de pequena dimensão com técnicos municipais da área ação social, com o apoio pontual de técnicos de outras Divisões, atendendo às áreas de intervenção. Esta equipa será responsável pela operacionalização do Plano, pela mobilização dos parceiros e envolvimento da comunidade em geral.

No respeitante às entidades estratégicas do concelho e demais níveis administrativos, relevam-se as que possuem um papel relevante, presente e ativo no apoio às comunidades migrantes.

Nível geográfico	Entidades a mobilizar
Parceiros locais	Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro
	Serviço Local de Segurança Social
	Centro de Saúde de Oliveira do Bairro
	Jornal da Bairrada
	Associação Comercial e Industrial da Bairrada
	Instituto Profissional da Bairrada
	Instituições Particulares de Solidariedade Social
	Associações concelhias
	Juntas de Freguesia
	GNR
Parceiros regionais/nacionais	Alto Comissariado para as Migrações
	Centro Qualifica – Agrupamento Escolas Anadia
	Universidade de Aveiro
	Instituto de Emprego e Formação Profissional
	ACES Baixo Vouga
	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
	Autoridade para as Condições do Trabalho

As entidades que compõem o modelo de governação devem manter um diálogo e interação regular, com o intuito de promover sinergias que conduzam à concretização das medidas previstas no PMIM.

Detalham-se seguidamente as responsabilidades inerentes a cada um dos parceiros do modelo de governação visando uma eficiente e eficaz implementação do PMIM.

Função	Constituição	Responsabilidades
Coordenação	Vereadora do pelouro e Equipa técnica do PMIM	Coordenação geral, supervisão e acompanhamento da implementação das medidas
		Articulação com entidades cofinanciadoras e unidade/equipa da CM responsável pela implementação da ELH.
Operacionalização	Equipa técnica do PMIM e Parceiros, por área de intervenção	Planeamento e implementação das medidas
		Articulação direta com outras entidades estratégicas e privados
		Preparação e Dinamização de reuniões e momentos de trabalho colaborativo com as entidades parceiras para a concretização das medidas do PMIM
		Preparação dos relatórios de progresso semestrais e do relatório final
Monitorização e avaliação	Plataforma de Acompanhamento e Monitorização do Plano	Monitorização semestral da implementação do PMIM
		Avaliação final

Referências Bibliográficas e Eletrónicas

- ❖ INE, I.P., Censos 2011 XV Recenseamento Geral da População e V Recenseamento Geral da Habitação - Resultados Definitivos - Região Centro
- ❖ Conselho Local de Ação Social (2019). Diagnóstico Social de Oliveira do Bairro
- ❖ ACM (2019). Relatório das políticas locais de acolhimento e integração de imigrantes e seus descendentes do Município de Oliveira do Bairro.
- ❖ ACM (2015). Guia para a Conceção de Planos Municipais para a Integração de Imigrantes. Coord. ACM - I.P., Logframe, Consultoria e Formação. – 1ª ed. ISBN 978-989-685-075-3
- ❖ Góis, Pedro (2019), “*Casa Comum* - Migrações e desenvolvimento em Portugal – Avançar nas práticas de rumo à inclusão e coesão social”
- ❖ Barderi, D. T. (2019). Manual Antirrumores. Conselho da Europa.
- ❖ Romero, C. G. (2014). Intervención Comunitaria Intercultural. Obra Social “la Caixa”
- ❖ Observatório das Migrações, Alto Comissariado para as Migrações - Imigração em números – Relatório Estatístico Anual – Indicadores de Integração de Imigrantes: <https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/383402/Indicadores+de+Integra%C3%A7%C3%A3o+de+Imigrantes.+Relat%C3%B3rio+Estat%C3%ADstico+Anual+2019/98bf34e6-f53f-41b9-add6-cdb4fc343b34>
- ❖ ACM: Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020: https://www.acm.gov.pt/documents/10181/222357/PEM_net.pdf/
- ❖ Migrant Integration Policy Index project – Relatório MIPEX 2020 - quarta edição do Índice de Políticas de Integração de Migrantes: <https://www.mipex.eu/portugal>
- ❖ www.ine.pt: A população estrangeira em Portugal 2011; Estimativas Anuais da População Residente; O Índice de Envelhecimento da população residente
- ❖ www.sef.pt - SEFSTAT - <https://sefstat.sef.pt/forms/Aveiro.aspx>
- ❖ www.pordata.pt
- ❖ www.cne.pt

Apêndice A

INQUÉRITO

Este questionário, situa-se no âmbito da elaboração do Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Oliveira do Bairro, tem como objetivo aprofundar o diagnóstico, no que diz respeito a diversas áreas de vida das pessoas em situação de migração.

É de preenchimento fácil e os dados recolhidos são inteiramente confidenciais.

Dados Pessoais

Género (assinale com x) Feminino ____ Masculino ____

Idade: _____ Estado Civil _____

Nacionalidade: _____ Se tiver dupla nacionalidade, assinale a outra: _____

Tempo de residência em Portugal: _____

Tempo de residência no conselho de Oliveira do Bairro _____

Tipo de documento de Identificação (assinale com um X):

Passaporte ____ Autorização de Residência ____ Outro, qual? _____

Considera que foi fácil ou difícil o acesso á regularização da sua situação/processo de legalização? (assinale com x)

Fácil ____ Difícil ____, descreva _____

I. Situação perante o emprego:

Empregado ____ Desempregado ____

Reformado ____ Outro _____

Estudante _____

Procura emprego? S/N ____

Experiência profissional _____

II. Saúde

Tem facilmente acedido aos serviços de saúde? S/N ____

Se não, descreva que tipo de problemas/dificuldades identifica: _____

Está inscrito como utente no Centro de Saúde? S/N_____ Se sim, qual? _____

Tem médico de família? S/N_____

III. Língua e Educação

Como avalia o seu nível de compreensão de português? (assinale com X)

Muito fraco _____ Médio/Razoável _____ Bom _____ Muito bom _____

Sente dificuldades em perceber as indicações transmitidas pelos profissionais dos serviços a que se dirige (ex: Segurança social, Centro de Saúde, Finanças, Escolas, etc.)? S/N_____ Se Sim, em que serviços teve mais dificuldade? _____

Sente necessidade de aprofundar competências ou conhecimentos no âmbito de alguma área específica de formação? S/N_____ Se sim, qual/quais _____

Qual a sua escolaridade/habilitações literárias _____

Já procedeu ao reconhecimento de habilitações/grau académico em Portugal? S/N_____

Se não, porquê? _____

IV. Habitação

Vive em casa própria ou arrendada? _____ Valor da Renda: _____

Sente dificuldades em pagar a renda? S/N_____

Vive em casa cedida por familiares ou terceiros? S/N_____

Quantas pessoas fazem parte do agregado familiar? _____ Número de quartos: _____ WC _____

Considera o número de quartos suficientes para a dimensão do agregado familiar? S/N_____

Partilha habitação com familiares ou amigos, por falta de alternativa habitacional? S/N_____

Tipologia: Apartamento _____ Vivenda _____ Anexos _____

Considera que a sua habitação tem boas condições? S/N _____ Se não, porquê _____

V. Racismo e Discriminação

Já foi alvo ou presenciou algum comportamento de preconceito por ser imigrante? S/N_____

Se sim, indique de que forma _____

VI. Acolhimento e Integração

Tem conhecimento dos locais onde pode recorrer para apoio/recursos disponíveis? S/N _____

Se sim, quais os serviços da rede de apoio que conhece? _____

Considera o acesso aos serviços fácil ou difícil? Fácil _____ Difícil _____

Conhece outras redes de ajuda, ou grupos associativos ou outras organizações de apoio (rede informal)? S/N _____ Se sim, quais _____

Indique, tendo em conta a sua situação em particular, por ordem de prioridade três fatores/necessidades que considere importantes para melhorar/facilitar a sua integração no Município _____

Que soluções/sugestões recomenda para que as mesmas sejam ultrapassadas?

Tendo em conta as suas aptidões e conhecimentos ou nível de integração, de que forma é que considera que poderia colaborar no apoio ao processo de acolhimento e integração de outros migrantes? _____

Deixe-nos o seu contato para sugestões (Opcional): _____

Muito obrigada pela sua colaboração!

Apêndice B

Grupo Temático “Diversidade e Migrações”



Plataforma de Acompanhamento e Monitorização do Plano Municipal de Integração de Migrantes de Oliveira do Bairro

Composição:

Município de Oliveira do Bairro – Vereadora da Ação Social, Chefe de Gabinete, Chefe da Unidade de Ação Social e Técnica da Rede Social e GIP

Serviço Local da Segurança Social

Junta de Freguesia de Oiã

Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro

Junta de Freguesia de Palhaça

União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa

ABC de Bustos – Resposta de Atendimento e Acompanhamento Social

Santa Casa da Misericórdia - Resposta de Atendimento e Acompanhamento Social

Instituto do Emprego e Formação Profissional

Instituto Profissional da Bairrada

Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro

Centro de Saúde de OLB – Unidade de Cuidados à Comunidade

ACIB – Associação Comercial e Industrial da Bairrada

GNR de Oliveira do Bairro